

GÉSSICA SILVESTRO

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO E DO DESEMPENHO ECONÔMICO E
FINANCEIRO DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO RS**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel
em Ciências Contábeis da
Universidade de Caxias do Sul

Orientador: Prof. Esp. Orly Casara

Caxias do Sul

2011

APROVAÇÃO

GÉSSICA SILVESTRO

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO E DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO RS

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul.

Banca examinadora:

Presidente/orientador

Prof. Esp. Orly Casara

Examinadores

Trabalho apresentado e aprovado pela banca examinadora em ___/___/___

DEDICATÓRIA

A meus pais queridos Gilberto e Terezinha, meu irmão Cesar, meu noivo Rudinei, e a todos meus amigos e familiares que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando e apoiando para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial ao meu orientador, Prof. Esp. Orly Casara, pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia. Agradeço de forma toda especial, a meus amigos e familiares, pelo amor, compreensão e apoio dedicados, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

PENSAMENTO

Só existem dois dias no ano que nada pode ser feito. Um se chama ontem e outro se chama amanhã, portanto hoje é o dia certo para amar, acreditar, fazer e principalmente viver.

Dalai Lama

RESUMO

O Cooperativismo de crédito se estrutura em forma de Sistema, integrando várias organizações que, apesar de atuar com normas e processos estratégicos próprios, unem-se para atingir propósitos compartilhados. O presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de avaliar a situação da Cooperativa Sicredi Região Serra (nome fictício). Para atingir o objetivo foi utilizada a pesquisa bibliográfica para a construção do referencial teórico e após foi feito um estudo de caso, através das análises horizontais e verticais, e também dos indicadores econômicos e financeiros. O trabalho não só analisou a Cooperativa estudada como fez uma comparação com o Sistema Sicredi, que é composto por 120 Cooperativas de Crédito, sendo o Sicredi Região Serra uma das Cooperativas integrantes do Sistema. Com a análise das demonstrações contábeis pode-se chegar a conclusões que auxiliem na tomada de decisão e forneçam informações de modo a atender o público interno e externo. Ao final do estudo chega-se a conclusão que a mesma cresceu no período, mesmo com a crise mundial de 2008. Dessa forma atuou intensamente no mercado, enquanto havia retração por boa parte dos bancos, fazendo com que suas sobras chegassem a 15 milhões em 2010. Entende-se também que a Cooperativa evoluiu, também como o Sistema Sicredi, e deve buscar cada vez mais uma melhoria contínua nos seus processos, para poder gerar mais sobras, obter novos associados e conquistar cada vez mais uma participação maior no mercado financeiro.

Palavras-chave: Cooperativa de Crédito. Índices Econômicos e Financeiros. Balanço Patrimonial. Demonstração de Sobras ou Perdas.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Balanço Patrimonial.....	25
Quadro 2 – Demonstração de Sobras ou Perdas.....	25
Quadro 3 – Análise do Balanço Patrimonial - Sistema Sicredi.....	45
Quadro 4 – Análise do Balanço Patrimonial – Sicredi Região Serra.....	47
Quadro 5 – Análise da Demonstração de Sobras ou Perdas – Sistema Sicredi.....	49
Quadro 6 – Análise da Demonstração de Sobras/Perdas – Sicredi Região Serra.....	50
Quadro 7 – Análise dos Índices dos anos de 2008 a 2010.....	52

LISTA DE SÍMBOLOS, ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional
AH – Análise Horizontal
AV – Análise Vertical
BACEN – Banco Central do Brasil
BP – Balanço Patrimonial
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGP – Capital de Giro Próprio
CMC – Custo Médio de Captação
CMN – Conselho Monetário Nacional
COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
DSP – Demonstração de Sobras ou Perdas
ED – Relação Empréstimos/Depósitos
EV – Encaixe Voluntário
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras
LEV – Leverage
LI – Liquidez Imediata
ML – Margem Líquida
OCE´S – Organização das Cooperativas de cada Estado
PE – Participação Empréstimos
RIT – Retorno Sobre Investimento Total
RMOC – Retorno Médio das Operações de Crédito
RPL – Retorno Sobre o Patrimônio Líquido
SBPE – Sistema Brasileiro de Pagamentos e Empréstimos
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFH – Sistema Financeiro da Habitação
SFN – Sistema Financeiro Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO	11
1.2 QUESTÃO DE PESQUISA	12
1.3 OBJETIVOS	12
1.3.1 <i>Objetivo geral</i>	12
1.3.2 <i>Objetivos específicos</i>	13
1.4 METODOLOGIA	13
1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO	14
2 AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO E SFN	16
2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	16
2.1.1 <i>Conselho Monetário Nacional - CMN</i>	16
2.1.2 <i>Banco Central do Brasil – BACEN</i>	16
2.1.3 <i>Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista</i>	17
2.2 COOPERATIVAS DE CRÉDITO	19
2.2.1 <i>História do Cooperativismo de Crédito</i>	19
2.2.2 <i>Legislação</i>	20
2.2.3 <i>Diferenças entre Cooperativas de Crédito e Bancos</i>	21
2.3 ASPECTOS CONTÁBEIS DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS	22
2.3.1 <i>Capital Social</i>	22
2.3.2 <i>Ato Cooperativo e Ato Não Cooperativo</i>	22
2.3.3 <i>Distribuição das Sobras</i>	23
2.3.4 <i>Plano Contábil das Instituições do SFN</i>	24
3 ÍNDICES ECONOMICOS E FINANCEIROS	27
3.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	27
3.1.1 <i>Balanço Patrimonial - BP</i>	27
3.1.2 <i>Demonstração de Sobras ou Perdas</i>	28
3.2 RISCOS FINANCEIROS.....	28
3.2.1 <i>Riscos de Mercado</i>	29
3.2.2 <i>Risco de Crédito</i>	29
3.2.3 <i>Risco Operacional</i>	30

3.3	INSTRUMENTOS DE ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL	30
3.3.1	<i>Análise Vertical</i>	30
3.3.2	<i>Análise Horizontal</i>	31
3.4	ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS.....	32
3.4.1	<i>Liquidez Imediata - LI</i>	33
3.4.2	<i>Encaixe Voluntário - EV</i>	33
3.4.3	<i>Relação Empréstimos/ Depósitos - ED</i>	34
3.4.4	<i>Participação dos Empréstimos - PE</i>	34
3.4.5	<i>Custo Médio de Captação - CMC</i>	34
3.4.6	<i>Retorno Médio das Operações de Crédito - RMOC</i>	35
3.4.7	<i>Margem Líquida - ML</i>	35
3.4.8	<i>Retorno Sobre o Patrimônio Líquido - RPL</i>	35
3.4.9	<i>Leverage - LEV</i>	36
3.4.10	<i>Retorno Sobre o Investimento Total - RIT</i>	36
4	ANÁLISE DA COOPERATIVA	37
4.1	CRESCIMENTO NO BRASIL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO.....	37
4.2	O SISTEMA SICREDI	39
4.3	COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI REGIÃO SERRA.....	41
4.4	ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL.....	44
4.4.1	<i>Análise do Balanço Patrimonial do Sistema Sicredi</i>	45
4.4.2	<i>Análise do Balanço Patrimonial da Sicredi Região Serra</i>	47
4.4.3	<i>Análise da Demonstração de Sobras ou Perdas do Sistema Sicredi</i>	49
4.4.4	<i>Análise da Demonstração de Sobras ou Perdas do Sicredi Região Serra</i>	50
4.4.5	<i>Análise Através dos Indicadores</i>	52
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
5	CONCLUSÃO	56
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

1 INTRODUÇÃO

1.1 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

No atual cenário econômico, as instituições financeiras bancárias buscam a obtenção do maior lucro e a maior fatia do mercado. As Cooperativas de Crédito se tornam uma opção para quem busca os mesmos serviços ofertados por um banco, com a vantagem de conseguir uma menor taxa de juro e serem ao mesmo tempo donos e usuários.

A gestão das cooperativas é feita por pessoas escolhidas em assembleias. O crescimento cria novas necessidades de controle das ações na área de atuação da cooperativa. A concorrência está cada vez mais acirrada, e as instituições buscam uma melhor gestão de seus recursos, para poder oferecer uma melhor qualidade e expansão dos serviços prestados, bem como o seu crescimento e participação no mercado. O administrador precisa ter em mãos um instrumento de fácil entendimento e que permita uma análise rápida e eficiente dos dados. Neste aspecto a contabilidade dispõe de técnicas e recursos que podem contribuir com a gestão.

O tema foi escolhido devido à grande competitividade das instituições no sistema financeiro, com o avanço da tecnologia e dos meios de comunicação, as pessoas têm acesso ao conhecimento de uma maneira muito rápida, o que possibilita a comparação de produtos e serviços de diferentes instituições. Dessa forma é muito importante a utilização de ferramentas que possibilitem aos gestores facilitar a tomada de decisão, e poderem acompanhar ao longo de um período a evolução e o desempenho de sua organização, para poderem analisar o que precisa ser melhorado, modificado ou inovado.

A análise das Demonstrações Contábeis é um dos instrumentos para gerenciamento de uma organização, proporcionando aos gestores um acompanhamento mensal ou diário das operações da empresa, permitindo-lhes tomar decisões de correções ou prevenção sobre futuros acontecimentos. Com a análise das informações geradas, pode-se tomar medidas para a alavancagem do crescimento, melhorias na quantidade e na qualidade dos produtos e serviços prestados.

Sendo assim, “pela Análise de Balanço extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.” (ASSAF NETO, 2010, p.35).

As sociedades cooperativas apresentam-se como entidades de dupla natureza: econômica e social, aonde o exercício de atividades econômicas e financeiras conduzem ao alcance de sua outra função. A contabilidade apresenta-se como meio de evidenciar os aspectos relacionados a essa dupla natureza, por se revelar a maneira de como os recursos são alocados em benefício dos associados.

1.2 QUESTÃO DE PESQUISA

A análise de balanço é um método complexo de análise, na qual diversos aspectos da Cooperativa serão analisados por diferentes métodos e indicadores, ou seja, a conclusão proveniente da análise de balanço se dará através da combinação dos resultados dos indicadores escolhidos, os quais depois de interpretados resultam na análise econômica e financeira da Cooperativa. Diante do exposto, a questão de pesquisa para este trabalho é: Qual foi a evolução da Cooperativa Sicredi Região Serra de 2008 a 2010 em comparação ao Sistema Sicredi e qual seu desempenho econômico e financeiro no período?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 *Objetivo geral*

O objetivo geral deste trabalho é identificar a situação da Cooperativa através dos índices econômicos e financeiros, e analisar sua evolução perante o sistema onde está inserida, para poder verificar seu desempenho e propor melhorias.

1.3.2 *Objetivos específicos*

- Fazer uma síntese do Sistema Financeiro Nacional.
- Fazer uma retrospectiva histórica sobre o Cooperativismo de Crédito e analisar alguns aspectos contábeis.
- Analisar notícias sobre o crescimento do Cooperativismo de Crédito.
- Apresentar os instrumentos de análise mais importantes para a análise da Cooperativa.
- Fazer um levantamento documental com os Balanços Patrimoniais e Demonstração de Sobras ou Perdas dos exercícios a serem analisados da Cooperativa Sicredi Região Serra e do Sistema Sicredi.
- Verificar qual foi a evolução da Cooperativa através da análise de suas Demonstrações Contábeis, avaliando seus índices Econômicos e Financeiros, e comparando com os dados do sistema, identificando os problemas se tiver e sugerindo soluções e melhorias.

1.4 METODOLOGIA

A pesquisa conforme Marconi e Lakatos (2009) se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir e ampliar a fronteira do conhecimento, aonde se busca obter novas relações sobre assuntos já pesquisados ou novas descobertas a partir de conhecimentos já relatados. Segundo Cervo e Bervian (2002, p.64), “o interesse e a curiosidade do homem pelo saber levam-no a investigar a realidade sob os mais diversificados aspectos e dimensões”.

Pode-se definir a pesquisa deste trabalho como pesquisa bibliográfica, pois através da leitura e interpretação dos textos, artigos e notícias de diversos autores, se terá a base teórica para a construção do trabalho. A pesquisa bibliográfica procura explicar um determinado problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, aonde se busca conhecer e analisar a literatura passada para poder aplicar nas questões de estudos futuros.

Para Köche (2010), a pesquisa bibliográfica pode ser utilizada para diversos fins, como para capacitar o investigador a delimitar e conhecer melhor um problema

de pesquisa, ampliando seu grau de conhecimento em determinada área, também utilizando o conhecimento disponível para fundamentação e base na elaboração do relatório de pesquisa e para descrever ou sistematizar o estado da arte, daquele momento, pertinente a um determinado tema ou problema.

Para complementar a pesquisa será utilizado o estudo de caso, pois através da análise aprofundada das demonstrações contábeis e a aplicação dos índices econômicos e financeiros em uma cooperativa de crédito, ao longo de um período, será possível diagnosticar situações e promover soluções de melhorias.

O estudo de caso é aplicado quando envolve um estudo profundo de um ou poucos objetos de maneira que se permita seu amplo e detalhado conhecimento. Para Cervo e Bervian (2002, p.67) “o estudo de caso é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida”.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo é apresentada a importância do estudo, a questão de pesquisa, os objetivos, a metodologia e a estrutura do estudo.

No segundo capítulo será apresentada uma breve definição e organização do sistema financeiro nacional, a história e evolução do cooperativismo de crédito, e alguns aspectos contábeis diferenciados das cooperativas.

No terceiro capítulo será apresentado o conceito e a aplicação no que se refere aos índices econômicos e financeiros, bem como a estrutura das demonstrações contábeis. Serão apresentados também os principais riscos no sistema financeiro, a fim de ter um embasamento teórico para aplicação prática na cooperativa pesquisada.

No quarto capítulo será realizado um estudo do crescimento do Cooperativismo de Crédito no Brasil nos últimos anos. Será abordado também uma breve apresentação do Sistema Sicredi e do Sicredi Região Serra. Após serão feitas análises em seus demonstrativos contábeis e também nos demonstrativos consolidados do sistema, utilizado a análise vertical e horizontal, no balanço patrimonial e demonstração de sobras e perdas, no período da pesquisa 2008 a 2010. Será analisado sua evolução perante o sistema aonde esta inserida, bem

como seu desempenho econômico e financeiro através da aplicação dos índices. Logo após da análise se terá a real situação da Cooperativa e um comparativo de crescimento. Dessa forma poderá diagnosticar problemas se tiver e propor sugestões de melhorias.

Ao final, será feita a conclusão, verificando o desempenho econômico financeiro, bem como a evolução da cooperativa estudada. Dessa forma será visto quais os índices que mais sofreram alterações e o comportamento da cooperativa perante os dados consolidados do sistema aonde esta inserida, podendo assim estabelecer comparativos, e propor melhorias.

2 AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO E SFN

2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional foi criado a partir da Lei da Reforma Bancária nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e da Lei de Mercado de Capitais nº 4.728, de 14 de julho de 1965, quando foram criados, também, o Conselho Monetário Nacional – CMN e o Banco Central do Brasil – BACEN, além de diferentes instituições de intermediação financeira, entre as quais, as integrantes do Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

Segundo Filho e Ishikawa (2003) o sistema financeiro é o conjunto de instituições e operações com o fluxo de recursos monetários entre os agentes econômicos. Podemos dizer que é o mercado de emprestadores e tomadores de empréstimos, de transferência de recursos de agentes superavitários para agentes deficitários.

2.1.1 *Conselho Monetário Nacional - CMN*

O Conselho Monetário Nacional (CMN), que foi instituído pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN. Integram o CMN o Ministro da Fazenda (Presidente), o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil. Dentre suas funções estão: adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa.

2.1.2 *Banco Central do Brasil – BACEN*

O Banco Central do Brasil (Bacen) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, que também foi criada pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964. É o

principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional e responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional, tendo por objetivos: zelar pela adequada liquidez da economia; manter as reservas internacionais em nível adequado; estimular a formação de poupança; zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro.

2.1.3 *Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista*

De acordo com o BACEN, os **bancos múltiplos** são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista.

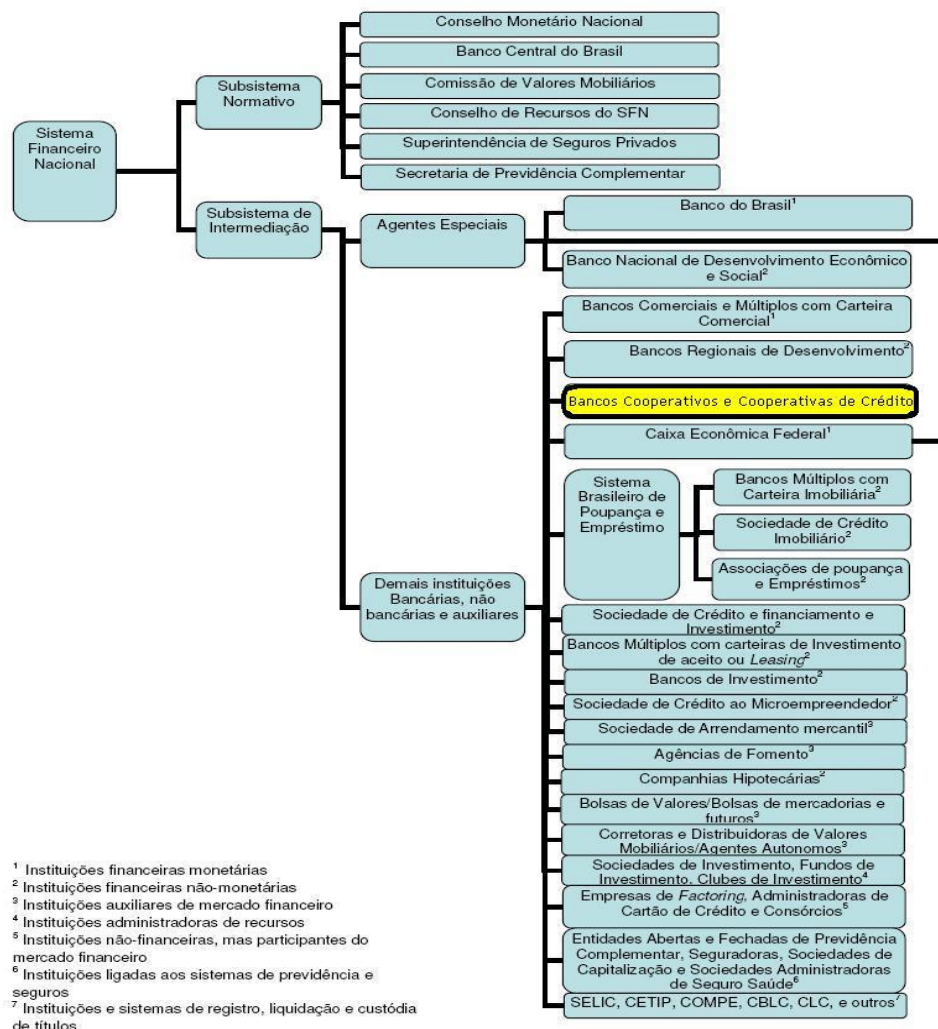
Os **bancos comerciais** são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazo, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo.

A **Caixa Econômica Federal** é uma instituição assemelhada aos bancos comerciais, podendo captar depósitos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestação de serviços. Uma característica distintiva da Caixa é que ela prioriza a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esporte. Além de centralizar o recolhimento e posterior aplicação de todos os recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

As **cooperativas de crédito** se dividem em: *singulares*, que prestam serviços financeiros de captação e de crédito apenas aos respectivos associados, podendo receber repasses de outras instituições financeiras e realizar aplicações no mercado financeiro; *centrais*, que prestam serviços às singulares filiadas, e são também

responsáveis auxiliares por sua supervisão; e *confederações* de cooperativas centrais, que prestam serviços a centrais e suas filiadas. Observam, além da legislação e normas gerais aplicáveis ao sistema financeiro: a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, que institui o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que institui o regime jurídico das sociedades cooperativas; e a Resolução nº 3.859, de 27 de maio de 2010, que disciplina sua constituição e funcionamento. As regras prudenciais são mais estritas para as cooperativas cujo quadro social é mais heterogêneo, como as cooperativas de livre admissão.

Composição do Sistema Financeiro Nacional



¹ Instituições financeiras monetárias

² Instituições financeiras não-monetárias

³ Instituições auxiliares de mercado financeiro

⁴ Instituições administradoras de recursos

⁵ Instituições não-financeiras, mas participantes do mercado financeiro

⁶ Instituições ligadas aos sistemas de previdência e seguros

⁷ Instituições e sistemas de registro, liquidação e custódia de títulos

Figura 1 – Composição do Sistema Financeiro Nacional

Fonte: Site Portal do Cooperativismo de Crédito

As Cooperativas de Crédito encontram-se na estrutura do SFN em demais instituições bancárias, não bancárias e auxiliares.

2.2 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

2.2.1 *História do Cooperativismo de Crédito*

A primeira cooperativa de crédito surgiu na Alemanha, em 1848, por iniciativa de Friedrich Raiffeisen. Era voltada aos ruralistas e, por isso, o nome Raiffeisen passou a identificar, em vários países, inclusive no Brasil, o cooperativismo de crédito rural.

Segundo Pagnussatt (2004) o Cooperativismo de Crédito teve seu início no Brasil no ano de 1902 na cidade de Nova Petrópolis – RS, por iniciativa de um conjunto de pessoas lideradas pelo Padre suíço Theodor Amstad. Ele fundou a “Caixa de Economia e Empréstimos Amstad”, depois rebatizada como “Caixa Rural de Nova Petrópolis” e, hoje, denominada Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis Ltda. – Sicredi Pioneira RS.

Cooperativa de crédito é uma instituição de crédito organizada sob forma de sociedade cooperativa, mantida pelos próprios cooperados, que exercem ao mesmo tempo o papel de donos e usuários. Pagnussatt (2004) mostra o conceito de Cooperativa de Crédito:

Cooperativas de Crédito são sociedades de pessoas, constituídas com o objetivo de prestar serviços financeiros aos seus associados, na forma de ajuda mútua, baseada em valores como igualdade, equidade, democracia e responsabilidade social. Além de prestação de serviços comuns, visam diminuir desigualdades sociais, facilitar o acesso aos serviços financeiros, difundir o espírito da cooperação e estimular a união de todos em prol do bem-estar comum. (Pagnussatt, 2004, p.13).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE define cooperativismo:

Cooperativismo é uma maneira pela qual a sociedade se organiza, por meio de ajuda mútua, para resolver diversos problemas comuns relacionados ao dia a dia. Unindo esforços em um empreendimento coletivo, as pessoas realizam ações e obtêm resultados dificilmente alcançáveis individualmente. (SEBRAE, 2009).

Segundo Schardong (2003), a Cooperativa de Crédito objetiva promover a captação de recursos financeiros para financiar as atividades econômicas dos

cooperados, a administração de suas poupanças e a prestação dos serviços de natureza bancária por eles demandada.

Em uma cooperativa todas as operações feitas pelos associados (empréstimos, aplicações, depósitos e outras) são revertidas em seu benefício através de uma política de preços justos e da distribuição das sobras geradas no exercício. Os recursos aplicados na cooperativa ficam na própria comunidade, o que contribui para o desenvolvimento das localidades onde está inserida.

O Cooperativismo é representado em nível mundial pela ACI - Aliança Cooperativa Internacional.

As Cooperativas de Crédito são representadas em nível mundial pelo WOCCU - Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito.

No Brasil as Cooperativas são representadas pela OCB - Organização das Cooperativas do Brasil e pelas OCE's - Organização das Cooperativas de cada Estado.

2.2.2 *Legislação*

No Brasil, a Lei 5.764/71 instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas e caracterizou-as como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados.

Atualmente o Cooperativismo de Crédito está regulamentado de acordo com a seguinte legislação:

- 1) Lei 4.595/64 - Lei que instituiu a Reforma Bancária em 1964;
- 2) Lei 5.764/71 - Lei do Cooperativismo Brasileiro;
- 3) Lei Complementar 130/2009 - Lei Complementar à Lei 5.764/71;
- 4) Resolução 3.859/10 - Resolução do Conselho Monetário Nacional;
- 5) Resolução 920/01 – Aspectos Contábeis Específicos das Cooperativas em Geral;

2.2.3 *Diferenças entre Cooperativas de Crédito e Bancos*

Schardong (2003) apresenta as principais diferenças existentes entre as Cooperativas de Crédito e os bancos tradicionais.

- As cooperativas de crédito são **sociedades de pessoas** e não de capital, em que o poder de decisão está na efetiva participação dos sócios e não na detenção de quotas de capital social na instituição;
- As cooperativas de crédito têm como objetivo a captação e administração de poupanças, empréstimos e **prestação de serviços aos cooperados**, independentemente da ideia de, como pessoa jurídica, obter vantagens para si, em detrimento do resultado do sócio, este investido da dupla qualidade: de associado e cliente das operações e dos serviços cooperativos;
- Suas **operações estão restritas ao quadro associativo** que é constituído de pessoas físicas e jurídicas;
- Os **resultados (sobras) são distribuídos entre os sócios**, proporcionalmente ao volume de operações que realizaram durante o exercício;
- Nas Cooperativas o **controle é democrático** (1 pessoa = 1 voto) enquanto que nos Bancos o controle é exercido a partir da participação do capital.
- As **relações obrigacionais entre sócio e cooperativas** não se confundem com a de fornecedor e consumidor, pois estas são caracterizadas como atos cooperativos, com tratamento próprio na legislação cooperativista;
- **É vedada a transferência de quotas-partes** (capital social) a terceiros, enquanto que nos Bancos a transferência do capital (ações) pode ser feita livremente (bolsas de valores).

Sobre o resultado não incide tributação (Imposto de Renda e Contribuição Social, em face da tributação se dar na pessoa física do associado.

2.3 ASPECTOS CONTÁBEIS DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS

2.3.1 *Capital Social*

O Capital Social de acordo com Santos (2008), é a soma de todas as quotas-partes dos associados da cooperativa. A quota-parte é uma quantia em dinheiro que os associados depositam no momento em que entram na Cooperativa. Esse dinheiro contribui para o suporte das atividades financeiras da instituição. Para funcionarem, as cooperativas precisam de recursos, pois necessitam de capacidade própria de capitalização. O incremento do capital ocorre pela adesão de novos associados.

Conforme Santos (2008), é proibido às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício ou estabelecer vantagens e privilégios referente as quota partes do capital de quaisquer associados, exceto os juros que incidirão até o máximo de 12% ao ano sobre a parte integralizada. Dessa forma o capital social não garante influência do associado na votação das assembléias e nem lhe oferece vantagem financeira em razão de sua participação.

2.3.2 *Ato Cooperativo e Ato Não Cooperativo*

Toda movimentação feita entre associado e cooperativa e entre cooperativas chama-se ato cooperativo. Esta ação não está sujeita a tributação do imposto de renda nem IOF. Para configurar o ato cooperativo é necessário que sejam seguidos os princípios cooperativistas. Qualquer ação praticada que fira estes princípios estará sujeita à tributação e será denominado ato não-cooperativo.

A lei 5.764/71, em seu artigo 79 define ato cooperativo, como sendo os atos praticados entre as cooperativas e seus associados para a consecução dos objetivos sociais. No caso de uma cooperativa de crédito, pode-se citar como exemplo o empréstimo de dinheiro. Já o ato não cooperativo é o negócio jurídico realizado pela cooperativa, quando o beneficiário do resultado for a própria sociedade cooperativa, ou a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, não cooperada.

Segundo Schardong (2003), as operações entre os associados, pessoas físicas e a cooperativa, pessoa jurídica, merecem tratamento diferenciado das operações entre consumidores e fornecedores ou prestadores de serviços, pela

distinção que apresentam as sociedades cooperativas. Também afirma que, nas cooperativas de crédito não se pode confundir a incidência de tributos na fonte, ao se tratar de depósito a prazo ou outras movimentações que gerem ganho aos associados com a tributação do ato cooperativo.

Então, o ato cooperativo é exclusivo das cooperativas e as distingue das demais sociedades. Pode ser considerado um diferencial oferecido pelas entidades cooperativas aos associados, sendo que não é tributado por ser relacionado ao objeto fim da sociedade. As transações realizadas pelas cooperativas de crédito e seus associados, como empréstimos, seguros, depósitos à vista e a prazo, recolhimento de luz, água, telefone, dentre outros são atos cooperativos. E é o ato cooperativo que garante menores tarifas e taxas de juros aos associados, tornando as cooperativas de crédito atraentes aos usuários destes serviços.

2.3.3 *Distribuição das Sobras*

As sobras resultantes no final de cada ano são distribuídas aos associados na medida em que os mesmos realizaram operações financeiras. Para Silva (2001), as sobras são as diferenças entre os ingressos e receitas líquidas e os dispêndios, custos dos produtos vendidos e serviços prestados.

[...] Sobras resultantes de haver o quadro associativo pago mais pelos serviços que a cooperativa lhe prestou ou, inversamente, de ter ela retido um valor excessivo como contraprestação do serviço fornecido. As sobras tecnicamente, não são lucros, mas saldos de valores obtidos dos associados para cobertura de despesas, e que, pela racionalização com que a cooperativa trabalhou, não foram gastos, isto é, sobraram, merecendo por isso, a denominação de sobras. (SCHARDONG, 2003, p. 97).

Nas cooperativas as sobras líquidas retornam aos associados proporcionalmente às operações realizadas por eles com a cooperativa, ao contrário das sociedades com fins lucrativos, aonde a destinação do lucro líquido é decidida pelos sócios. Os resultados dos atos não cooperativos (lucro ou prejuízo), não serão distribuídos aos cooperados, integrarão fundo específico e indivisível e serão contabilizados em separado, de modo a permitir cálculo de tributos incidentes sobre tais operações.

2.3.4 Plano Contábil das Instituições do SFN

Os procedimentos e critérios de escrituração contábil das demonstrações financeiras das cooperativas de crédito encontram-se no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif*.

As demonstrações contábeis das cooperativas de crédito apresentam a seguinte estrutura básica de acordo com o BACEN – Banco Central do Brasil e a NBC T 10.8.

BALANÇO PATRIMONIAL	
Ativo	Passivo
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
<i>Disponibilidades</i>	<i>Depósitos</i>
<i>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</i>	Depósito à Vista
Aplicações no Mercado Aberto	Depósito de Poupança
Aplicações e Depósitos Interfinanceiros	Depósitos Interfinanceiros
	Depósitos à Prazo
	Outros Depósitos
<i>Títulos e Valores Mobiliários</i>	<i>Captações no Mercado Aberto</i>
Carteira Própria	Carteira Própria
Títulos Vinculados a Recompra	Carteira de Terceiros
Instrumentos Financeiros Derivativos	Carteira de Livre Movimentação
Vinculados ao Banco Central	
	<i>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</i>
<i>Relações Interfinanceiras</i>	Recursos de Aceites Cambiais
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito etc.
Repasse Interfinanceiros	
Correspondentes	<i>Relações Interfinanceiras</i>
	Correspondentes
<i>Relações Interdependências</i>	<i>Relações Interdependências</i>
Recursos em Trânsito de Terceiros	Recursos em Trânsito de Terceiros
Transferências Internas de Recursos	
	<i>Obrigações por Empréstimos</i>
<i>Operações de Crédito</i>	Empréstimos no País
Operações de Crédito	Empréstimos no Exterior
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	
	<i>Obrigações por Repasses</i>
<i>Operações de Arrendamento Mercantil</i>	<i>Instrumentos Financeiros Derivativos</i>
Arrendamento a Receber	
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	<i>Outras Obrigações</i>
	Cobrança e Arrecadação de Tributos
<i>Outros Créditos</i>	Carteira de Câmbio
Avais e Fianças Honrados	Obrigações Fiscais e Previdenciárias
Carteira de Câmbio	Outras
Negociação e Intermediação de Valores	
<i>Outros Valores e Bens</i>	

Outros Valores e Bens Provisão para Desvalorização	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<i>Exigível a Longo Prazo</i>
<i>Realizável a Longo Prazo</i>	<i>Patrimônio Líquido</i>
<i>Investimentos</i>	Capital Social
<i>Imobilizado</i>	Reserva de Lucros
<i>Intangível</i>	Sobras ou Perdas Acumuladas

Quadro 1 – Balanço Patrimonial

Fonte: Elaborado pela autora com base no Cosif

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
<i>Ingressos e Receita da Intermediação Financeira</i>
Operações de Crédito
Operações de Arrendamento Mercantil
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários
Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos
Resultado de Operações de Câmbio
Resultado de Aplicações Compulsórias
Resultado Financeiro de Seguro, Previdência e Capitalização
<i>Dispêndios e Despesas de Intermediação Financeira</i>
Operações de Captação no Mercado
Operações de Empréstimos e Repasses
Operações de Arrendamento Mercantil
Dispêndios e Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
<i>Resultado Bruto de Intermediação Financeira</i>
<i>Outros Ingressos e Receitas/Dispêndios e Despesas Operacionais</i>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços
Renda de Tarifas Bancárias
Dispêndios e Despesas de Pessoal
Dispêndios e Despesas Administrativas
Dispêndios e Despesas Tributárias
Outros Ingressos e Receitas Operacionais
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais
<i>Resultado Operacional</i>
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social
<i>Sobras ou Perdas</i>

Quadro 2 – Demonstração de Sobras ou Perdas

Fonte: Elaborado pela autora com base no Cosif

O exercício social das instituições financeiras tem duração de um ano, devendo encerrar-se em 31 de dezembro. Cabe às instituições financeiras observar os princípios da Contabilidade, principalmente:

- Uso de métodos e critérios contábeis uniformes no tempo;
- Respeito pleno ao regime de competência no registro contábil das receitas e despesas;
- Definição de um período fixo para apuração do resultado;
- Independentemente da periodicidade em que os resultados são apurados, proceder à apropriação mensal de seus valores;

3 ÍNDICES ECONOMICOS E FINANCEIROS

3.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Pode-se definir demonstrações contábeis como um tipo de representação, parcial ou global, de diversos componentes patrimoniais ou de variações do patrimônio, extraídas de livros ou registros contábeis.

O registro dos fatos contábeis, realizado de forma analítica e em ordem cronológica, não é suficiente para atingir a finalidade informativa a que se destina a Contabilidade, dada a heterogeneidade dos fenômenos patrimoniais. Daí a utilização, pela Contabilidade, de uma técnica expositiva que compreende a elaboração das chamadas demonstrações contábeis, por meio das quais é feita a demonstração expositiva dos componentes patrimoniais e de suas variações. (FRANCO, 1989, p. 33).

3.1.1 *Balanço Patrimonial - BP*

O Balanço Patrimonial reflete a posição das contas patrimoniais em determinado momento. Para Assaf Neto (2010) o Balanço serve como elemento indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa.

O balanço patrimonial das instituições financeiras, como de outros segmentos, refletem a posição dos ativos, passivos e patrimônio líquido em determinado momento do ano.

De acordo com Assaf Neto (2010), os recursos captados pelas instituições financeiras representam suas fontes, são originados dos depósitos, empréstimos recebidos e de seus recursos próprios, como capital e reservas. Esses recursos são aplicados em seus ativos, destacando-se as disponibilidades, as carteiras de títulos e valores mobiliários, os empréstimos concedidos e imobilizações.

No balanço patrimonial das sociedades cooperativa, no grupo de contas do patrimônio líquido, a conta “Capital” será denominada “Capital Social”. Segundo

Santos e Gouveia (2008), uma característica dessa sociedade é o capital variável, devido à função de livre adesão de associados.

3.1.2 *Demonstração de Sobras ou Perdas*

A resolução 920/01 do CFC (NBC T 10.8) sugere a denominação Demonstração de Sobras ou Perdas, devido uma sociedade cooperativa não evidenciar o lucro. Também apresentará ingressos, em vez de auferir receitas, e dispêndios, no lugar de despesas; como resultado, poderá incorrer em sobras ou perdas durante o exercício.

As demonstrações de Sobras ou Perdas das cooperativas apresentam a destinação legal e estatutária dos resultados auferidos, após o resultado líquido do exercício. Na evidenciação de resultado, não poderá haver compensação entre receitas, custos e despesas, essas deverão constar integralmente na demonstração. O lucro do exercício resultante do Ato Não Cooperativo deve ser destinado integralmente para a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES), não podendo ser objeto de rateio entre associados. O prejuízo decorrente do Ato Não Cooperativo será absorvido pela Reserva Legal.

3.2 RISCOS FINANCEIROS

As cooperativas de crédito estão sujeitas aos riscos inerentes à atividade de intermediação de recursos, de forma semelhante aos demais tipos de instituições financeiras.

As instituições financeiras têm, por objetivo principal, gerenciar ativamente os riscos financeiros. Compreender os riscos enquanto incertezas inevitáveis trazem aos administradores meios de prever e minimizar eventos adversos, estando preparados de maneira mais eficiente. O aumento da volatilidade dos mercados financeiros e as rápidas mudanças do cenário econômico geram grandes incertezas. O Gerenciamento de Risco, neste sentido, fornece proteção.

3.2.1 *Riscos de Mercado*

De acordo com Filho e Ishikawa (2003) o risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Ocorre sempre que o banco negociar no mercado seus ativos e passivos. Tipos de riscos de mercado:

Risco de Taxas de Juros: risco de perda no valor econômico de uma carteira decorrente dos efeitos de mudanças adversas das taxas de juros;

Risco de Derivativos: risco de perdas devido ao uso de derivativos, para especulação ou para proteção de posições (hedge);

Risco de “Hedge”: risco de perdas devido ao uso inapropriado de instrumentos para proteção (hedge), estando incluídas todas as operações estruturadas com intenção de proteger as carteiras;

Risco de Ações: risco de perdas devido a mudanças no valor de mercado das carteiras de ações. As categorias incluem todos os ativos de renda variável, com destaque para ações e direitos de subscrição;

Risco de Taxas de Câmbio: risco de perdas devido a mudanças adversas nas taxas de câmbio. As categorias de operações com moeda estrangeira incluem, entre outras: Dólar dos Estados Unidos da América, Euro, Franco Suíço, Iene e Libra Esterlina;

Risco de “Commodities”: risco de perdas devido a mudanças no valor de mercado de carteiras de “commodities”.

3.2.2 *Risco de Crédito*

Para Assaf Neto (2010) o risco de crédito pode ser entendido como a possibilidade de o credor incorrer em perdas, em razão das obrigações assumidas pelo tomador não serem liquidadas nas condições pactuadas, sendo também denominado de risco de inadimplência.

Contudo, dada a característica das atividades das instituições financeiras, todas as operações de crédito estão de alguma forma expostas ao risco, cabendo a instituição a realização de uma eficiente gestão com intuito de diminuir estes riscos, adequando as exposições aos níveis aceitáveis pela administração.

O controle deve ser realizado através do estabelecimento de uma política clara e eficiente, alinhada com a cultura de crédito da instituição, da definição de uma adequada estrutura de gerenciamento de risco de crédito, da mensuração adequada das perdas esperadas e não esperadas e do gerenciamento dos indicadores de exposição ao risco de crédito e de rentabilidade.

3.2.3 *Risco Operacional*

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas diretas ou indiretas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infra-estrutura tecnológica ou de fatores externos que prejudicam o alcance dos objetivos do negócio.

3.3 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL

Para Franco (1989, p. 93) “analisar uma demonstração é decompô-la nas partes que a formam, para melhor interpretação de seus componentes”.

A análise de balanços faz com que a contabilidade venha a ter um teor mais analítico, tendo como se obter conclusões econômicas e financeiras de uma empresa, através dessa análise.

As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise de balanços transforma esses dados em informações.

Verifica-se que a análise de balanço tem como principal finalidade informar, com base nas demonstrações financeiras, a situação econômico-financeira de uma empresa para subsidiar o processo decisório dos gestores.

3.3.1 *Análise Vertical*

De acordo com Silva (2001), o primeiro propósito da análise vertical é mostrar a participação relativa de cada item de uma demonstração financeira em relação a determinado referencial. Ludícibus (2010), afirma que a análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo.

A análise vertical objetiva basicamente o estudo da tendência da empresa, complementando as informações horizontais. Permite conhecer a estrutura econômica e financeira da empresa, ou seja, a participação relativa a cada elemento patrimonial e de resultados. Procura obter o valor percentual de cada conta ou de cada grupo de contas, em relação ao valor total do demonstrativo, ou, ainda, de cada conta em relação ao total de seu grupo de conta. Porém, a análise vertical deve ser interpretada com muito cuidado; os percentuais extraídos por esta, devem ser analisados juntamente com a análise horizontal e também com os indicadores básicos.

O percentual de cada conta mostra sua real importância no conjunto. Em relação ao Balanço Patrimonial, calcula-se esse percentual tomando-se por base o total do ativo ou passivo.

$$AV = \frac{\text{Conta ou grupo de contas} \times 100}{\text{Ativo ou passivo}}$$

Já na Demonstração do Resultado do Exercício, calcula-se o percentual de cada conta com relação a receita líquida, seja esta de vendas ou de serviços.

$$AV = \frac{\text{Conta} \times 100}{\text{Receita Líquida}}$$

3.3.2 *Análise Horizontal*

O propósito da análise horizontal é verificar a evolução histórica de cada uma das contas que compõem as demonstrações financeiras. Assaf Neto (2010) descreve: “A análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. É basicamente um processo de análise temporal, desenvolvido por meio de números-índices...”

A análise horizontal identifica, ao longo de um determinado período de tempo, a evolução dos diversos elementos patrimoniais ou de resultado, analisando se houve ou não crescimento do item analisado. Compara o valor de determinada conta ou de determinado grupo de contas em relação aos anos anteriores. Assim como a

análise vertical, o mesmo cuidado se aplica a análise horizontal, lembrando sempre que seus percentuais devem ser analisados conjuntamente com os demais índices.

Iudícibus (2010, p.83) afirma que “a finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos balanços e das demonstrações de resultados (bem como de outros demonstrativos) através dos períodos, a fim de caracterizar tendências”.

Para o cálculo é apresentada a seguinte fórmula:

$$AH = \frac{\text{Valor Atual do Item X 100}}{\text{Valor do Item no Ano – Base}}$$

3.4 ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Os indicadores são ferramentas que auxiliam na análise dos fatos ocorridos e resultados da empresa em determinado período com o objetivo de disponibilizar informações e facilitar a comparação da situação da empresa em períodos diferentes, bem como com indicadores gerais.

As razões mais freqüentes que levam ao desenvolvimento da análise de uma empresa tendem a ser de caráter econômico e financeiro. Matarazzo (2010) diz que os índices permitem construir um quadro de avaliação da empresa.

De acordo com o mesmo autor, para uma efetiva análise de balanço, inicialmente analisa-se a situação financeira separadamente da situação econômica; no momento seguinte, juntam-se as conclusões dessas duas análises. Existe uma infinidade de índices desenvolvidos ao longo dos anos para aprimorar a interpretação da análise de balanços, porém salienta-se que o importante não é o cálculo de grande número de índices, mas de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa, de acordo com o grau de profundidade desejada da análise.

Assaf Neto (2010) descreve alguns índices específicos para a análise de bancos. Ele nos diz que é importante entender os indicadores de avaliação como medidas que embutem uma tendência de desempenho, indicando os potenciais pontos fortes e débeis da instituição, e despertando a atenção do analista para os aspectos que demandam maior avaliação. As Cooperativas de Crédito são instituições financeiras, por isso serão utilizados indicadores específicos para análise

de bancos de acordo com Assaf Neto (2010), os quais serão descritos a seguir, julgados suficientes para identificar os principais aspectos econômicos e financeiros da cooperativa em análise.

3.4.1 *Liquidez Imediata - LI*

A liquidez dos bancos reflete a capacidade financeira da instituição em atender prontamente toda a demanda por recursos de caixa. Assa Neto (2010) diz que na avaliação de liquidez imediata são geralmente incluídas as disponibilidades do banco e suas aplicações financeiras negociáveis a qualquer momento. Se o índice for maior que 1,0, representa que a instituição mantém recursos disponíveis para cobrir integralmente os depósitos a vista e parte dos depósitos a prazo.

A fórmula da liquidez imediata se apresenta da seguinte maneira:

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades + Aplicações Interfinanceiras de Liquidez}}{\text{Depósitos a Vista}}$$

As instituições financeiras apresentam-se como entidades portadoras de grande potencial de assumir uma posição de **iliquidez**, isso porque alguns ativos se transformam rapidamente em caixa a baixo custo, enquanto outros têm maior maturidade, sendo onerosa sua liquidez imediata.

3.4.2 *Encaixe Voluntário - EV*

O encaixe voluntário indica a capacidade financeira da instituição em arcar com os saques sem comprometer a alocação dos recursos em aplicações rentáveis. As disponibilidades são mantidas pelos bancos em níveis mais baixos, já que não produzem rendimentos financeiros. Os depósitos à vista também vem se reduzindo devido às alternativas oferecidas de aplicações financeiras com liquidez de curto prazo.

$$EV = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Depósitos à Vista}}$$

3.4.3 *Relação Empréstimos/ Depósitos - ED*

Este índice revela, para cada R\$1,00 de recurso captado na forma de depósito, quanto foi emprestado.

$$ED = \frac{\text{Operações de Crédito}}{\text{Depósitos}}$$

Um incremento na relação empréstimo/depósito identifica uma diminuição na capacidade da instituição em atender eventuais saques da conta de seus depositantes, ocorrendo o inverso na redução desse índice.

3.4.4 *Participação dos Empréstimos - PE*

Esse índice revela o percentual do ativo total da instituição que se encontra aplicado em operações de crédito. Quanto mais elevado os índices de empréstimos em relação aos ativos, mais baixo é o nível de liquidez da instituição e, ao mesmo tempo, uma indicação de incremento de seus resultados operacionais.

$$PE = \frac{\text{Operações de Crédito}}{\text{Ativo Total}}$$

3.4.5 *Custo Médio de Captação - CMC*

Relação entre as despesas de captação no mercado apropriadas em cada exercício, e o total dos depósitos a prazo mantidos pelo banco. Revela o custo financeiro do capital investido na instituição por poupadores (custo de captação).

$$CMC = \frac{\text{Despesas Financeiras de Captação de Mercado}}{\text{Depósitos à Prazo}}$$

3.4.6 *Retorno Médio das Operações de Crédito - RMOC*

Relação entre as receitas financeiras provenientes das operações de crédito e o valor médio aplicado em créditos. Apura a taxa de retorno das aplicações em créditos, a qual é geralmente confrontada com o custo de captação para se avaliar o spread bruto do banco.

$$\text{RMOC} = \frac{\text{Receitas Financeiras de Operações de Crédito}}{\text{Operações de Crédito}}$$

3.4.7 *Margem Líquida - ML*

A margem líquida avalia principalmente o resultado da intermediação financeira de um banco. É formada pelos vários resultados de gestão dos ativos e passivos (taxas, prazos, receitas e despesas).

$$\text{ML} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita de Intermediação Financeira}}$$

3.4.8 *Retorno Sobre o Patrimônio Líquido - RPL*

Conforme Assaf Neto (2010), o retorno sobre o patrimônio líquido indica qual foi o ganho percentual auferido pelos proprietários em relação aos seus investimentos. A fórmula é a seguinte:

$$\text{RPL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

3.4.9 *Leverage - LEV*

O Leverage ou Alavancagem, identifica a relação entre o ativo total e o patrimônio líquido. Revela quantas vezes o ativo do banco é maior que o capital próprio investido.

$$\text{LEV} = \frac{\text{Ativo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

3.4.10 *Retorno Sobre o Investimento Total - RIT*

Esse índice mostra os resultados das oportunidades de negócios acionadas pelo banco. É uma medida de eficiência influenciada principalmente pela qualidade de gerenciamento da lucratividade dos ativos e juros passivos. Mostra o retorno apurado sobre o capital total investido.

$$\text{RIT} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

4 ANÁLISE DA COOPERATIVA

4.1 CRESCIMENTO NO BRASIL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O cooperativismo brasileiro ganhou o reconhecimento internacional em 1995, quando Roberto Rodrigues, ex-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, foi eleito para a presidência da (ACI) Aliança Cooperativista Internacional. Este fato contribuiu também para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras, pois foi o primeiro não europeu a conquistar o cargo. (BRASIL COOPERATIVO, 2011).

Trombka (2011) afirma que em 2008 em razão da crise mundial, as cooperativas atuaram intensamente na concessão de crédito. Enquanto havia retração no mercado por boa parte das instituições financeiras, as cooperativas de crédito mantiveram as operações justificando o crescimento que se desenhava.

Da mesma maneira a notícia publicada na Folha de São Paulo (2011) nos diz que a crise econômica favoreceu as Cooperativas de Crédito, pois foi a elas que às micro e pequenas empresas recorreram quando o crédito nos bancos se reduziu. Em 2010 as Cooperativas de Crédito cresceram 30% no volume de ativos, o que pode ser explicado pela relação de confiança dos associados, atendimento personalizado, distribuição das sobras e taxas de juros menores do que as praticadas nos bancos. (BRASIL COOPERATIVO, 2011).

Conforme Tombka (2011), a evolução do cooperativismo foi motivada pelas incorporações que ocorreram no amadurecimento da gestão, num processo de regionalização, aonde o número de agências diminuiu, mas em contrapartida houve um aumento em pontos de atendimento.

Encerramos 2010 com 1.370 cooperativas e 4.500 pontos de atendimento. Essa performance nos leva a uma situação tal que, se atualmente o cooperativismo de crédito compartilhasse as estruturas de atendimento, ele seria a segunda maior rede de atendimento do País, atrás apenas do Banco do Brasil (5.087) e na frente do Itaú (3.967). (Trombka, 2011)

Com base na Revista Exame, Maiores & Melhores de 2011, é possível atualizar os dados do Cooperativismo de Crédito Brasileiro. As cooperativas de crédito têm hoje a 2º maior rede de atendimento no Brasil:

REDE DE ATENDIMENTO		
Ranking	Instituição	Agências
1	Banco do Brasil	5.087
2	Cooperativas de Crédito	4.500
3	Itaú Unibanco	3.967
4	Bradesco	3.604
5	Caixa Federal	2.201
6	Santander	2.201
7	HSBC	865
8	Banrisul	437
9	Votorantin	317
10	BNB	185

Tabela 1 – Ranking Rede de Atendimento
Fonte: Site Portal do Cooperativismo de Crédito

Pode-se elencar através de uma relação obtida junto ao Bacen algumas Cooperativas de Crédito que estão entre as 100 maiores do país, com base em Dez/2010. Essa relação leva em conta o volume de ativos administrados por cada uma delas.

AS 10 MAIORES COOPERATIVAS DE CRÉDITO EM VOLUME DE ATIVOS		
POSIÇÃO	COOPERATIVA	ATIVOS DEZ/2010 (R\$)
1º Lugar	SICOOB Credicitrus (sede Bebedourdo/SP)	2.237.239.242
2º Lugar	SICOOB Cooperforte (sede Brasília/DF)	920.796.216
3º Lugar	SICOOB Cocred (sede Sertãozinho/SP)	915.599.915
4º Lugar	Viacredi (sede Blumenau/SC)	816.786.946
5º Lugar	SICREDI Região Serra (sede Nova Petrópolis/RS)	668.770.028
6º Lugar	Sicredi União RS (sede Santa Rosa/RS)	631.355.993
7º Lugar	SICREDI União PR (sede Maringá/PR)	624.938.046
8º Lugar	SICREDI Região dos Vales RS (sede Encantado/RS)	513.830.878
9º Lugar	SICOOB Coopcredi (sede Guariba/SP)	679.675.426
10º Lugar	Credicoamo (sede Campo Mourão/PR)	648.109.148

Tabela 2 – Maiores Cooperativas de Crédito em Volume de Ativos
Fonte: Elaborado pela autora com base no Site Portal do Cooperativismo de Crédito

A Cooperativa Sicredi Região Serra esta em quinto lugar, dentre as dez maiores cooperativas brasileiras em volume de ativos.

4.2 O SISTEMA SICREDI

O Sicredi compreende o conjunto de 120 Cooperativas de Crédito Singulares, 5 Cooperativas Centrais, acionistas da Sicredi Participações S.A, bem como as empresas e entidades por esta controladas, entre elas o Banco Cooperativo Sicredi S.A., que atuam no mercado sob a marca SICREDI.

As cooperativas de crédito do Sicredi são organizadas em sistema, o que lhes assegura uma marca corporativa forte e ganhos de escala em todos os níveis. As Centrais Sicredi difundem o cooperativismo de crédito e coordenam a atuação das cooperativas filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão. A Sicredi Participações S.A. é responsável pela coordenação da definição dos objetivos estratégicos, econômico e financeiros do Sicredi e pela deliberação de políticas de compliance, ética e auditoria. A Confederação tem por objetivo prover serviços às suas associadas e às demais empresas e entidades integrantes do Sicredi, nos segmentos de informática e administrativo, especialmente nas áreas tributária, contábil e de folha de pagamento. O Banco Cooperativo Sicredi atua como instrumento das cooperativas de crédito para acessar o mercado financeiro e programas especiais de financiamento. A Fundação Sicredi tem como objetivo estruturar, desenvolver e coordenar programas de educação que promovam o cooperativismo de crédito e a formação de associados.

O sistema conta atualmente com 1.755.839 de cooperados, atuando em dez estados brasileiros. O Sicredi atua nos centros urbanos, por intermédio das cooperativas de livre admissão e/ou por meio de cooperativas de crédito segmentadas, que são aquelas ligadas a categorias profissionais ou segmentos econômicos específicos.

Com o fortalecimento institucional do Sicredi e de outras instituições de mesma natureza, foi crescendo a abrangência de atuação do cooperativismo de crédito, com a significativa ampliação do volume de recursos administrados, o aumento do contingente de associados e a disponibilização de uma maior gama de produtos e serviços.

A tabela abaixo mostra alguns dados e sua evolução de 2008 a 2010.

ITEM	2008	2009	2010
Associados	1.444.000	1.562.110	1.755.839
Recursos Totais Adm.	12.950.556.000	16.198.479.000	20.263.319.000
Colaboradores	11.483	11.952	12.770
Cooperativas	130	128	120
Depósitos Totais	8.692.109.000	10.318.581.000	13.055.435.000
Operações de Crédito	7.751.940.000	8.493.727.000	10.971.814.000
Patrimônio Líquido	1.878.618.000	2.226.225.000	2.755.033.000
Pontos de Atendimento	1.076	1.112	1.170
Sobras no Ano	191.577.000	267.524.000	301.052.000

Tabela 3 – Dados Sicredi

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Cooperativa

Pode-se identificar que os recursos administrados praticamente dobraram de volume no período.

4.3 COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI REGIÃO SERRA

A Cooperativa de Crédito Sicredi Região Serra (nome fictício) é uma das 120 cooperativas que integram o Sistema Sicredi. É a maior cooperativa do Sistema com sede em Nova Petrópolis/RS.

É composta por 31 unidades de atendimento, tendo 68 mil associados e abrangendo os municípios de : Santa Maria do Herval, Morro Reuter, Caxias do Sul, Picada Café, Nova Petrópolis, Linha Nova, Presidente Lucena, Feliz, Vale Real, Estância Velha, Novo Hamburgo, Alto Feliz, São José do Hortêncio, Gramado, Ivoti, Dois Irmãos, Portão e São Leopoldo.

Área de Atuação

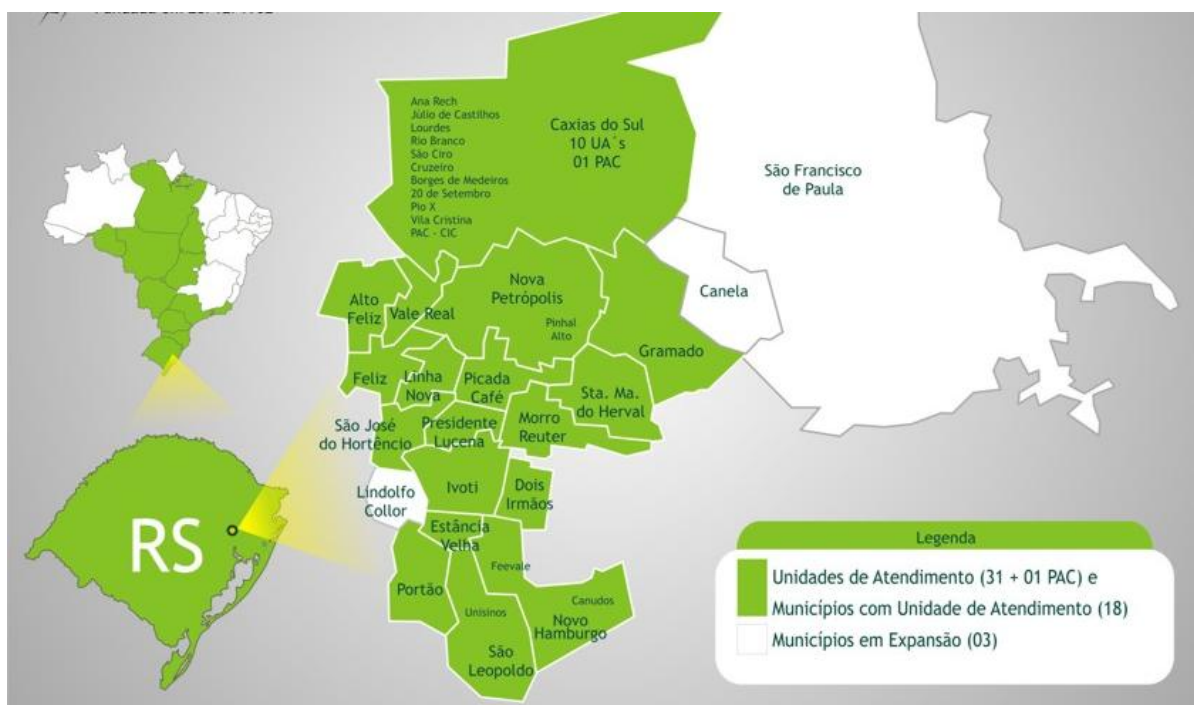


Figura 2 – Região de Abrangência da Sicredi Região Serra

Fonte: Site Portal do Cooperativismo de Crédito

Os associados no caso das cooperativas de crédito são os donos das mesmas, através da integralização de cotas partes, onde participam na tomada de decisões através de seus votos. Já para as demais instituições financeiras, são os usuários dos produtos e serviços de um banco. Podem ser tanto pessoas físicas como pessoas jurídicas.

A Comunidade é o espaço de atuação da cooperativa, uma vez que os recursos provenientes dela retornam para a mesma sob a forma de empréstimos e serviços, ou seja, as cooperativas de crédito acabam por colaborar efetivamente no desenvolvimento da sua região.

Os concorrentes são as Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, participantes do Sistema Financeiro Nacional: Bancos Múltiplos, Comerciais, Caixa Econômica, Bancos de Desenvolvimento e demais Cooperativas de Crédito.

O perfil dos clientes de cada uma das instituições financeiras no Brasil varia de acordo com o seu foco e área de atuação. A Cooperativa Sicredi Região Serra tem um foco muito forte no segmento agropecuário, até mesmo por atuar preponderantemente em crédito rural. Os associados da Cooperativa são hoje, na sua maioria, pessoas físicas, público rural e urbano, e uma parte menor constituído de pessoas jurídicas. A segmentação de carteiras tem sido uma estratégia utilizada para focar o público de maior renda.

Entre os produtos e serviços oferecidos aos associados da Cooperativa de Crédito Região Serra encontram-se: Contas Correntes, Talões de Cheque, Cartões de Crédito e Débito, Internet Banking, Débito em conta corrente, Saques e pagamentos, Empréstimos e financiamentos, Investimentos, Seguros, Consórcios, Cobrança, Câmbio e Previdência.

Pelo fato dos produtos e serviços terem sido desenvolvidos voltados para os associados das cooperativas, estes visam ser competitivos com os concorrentes do mercado, destacando a agregação de benefícios, custos mais acessíveis ou maiores rentabilidades.

Abaixo serão apresentados alguns diferenciais competitivos.

Ser *cliente e dono* ao mesmo tempo, pois todos os associados têm os mesmos direitos, independentemente do valor de sua cota capital.

Direito à *distribuição das sobras*, proporcional a sua rentabilidade. Enquanto as despesas com taxas de serviço em bancos convencionais não retornam ao cliente, na cooperativa parte delas é compensada por meio da divisão das sobras, como se o associado atuasse como correntista e acionista ao mesmo tempo.

Maior *proximidade e o relacionamento* mais próximo com a diretoria, o que facilita o acesso e aprovação aos serviços, como linhas de crédito, por exemplo.

Modelo Agregador de Renda propicia que os recursos financeiros captados junto aos associados sejam disponibilizados através de empréstimos e outros

serviços financeiros aos demais membros da cooperativa, gerando renda e benefícios à própria comunidade. Da mesma forma, as sobras apuradas também retornam aos seus integrantes, evitando assim a evasão da renda da região. Esse aspecto é reconhecido e valorizado pela sociedade uma vez que, quanto maior a atuação dos associados maior será o seu potencial de retorno.

Responsabilidade Solidária na condição de integrantes do Sicredi, as Cooperativas de Crédito formam um sistema sólido e confiável, diminuindo assim o risco de insolvência de cada um dos integrantes do sistema individualmente, visto que, cada cooperativa atuando sozinha jamais poderia oferecer aos seus associados e à comunidade a segurança e confiabilidade oferecida pelo sistema como um todo.

Custos e Taxas mais baixos, por meio de produtos e serviços mais adequados e acessíveis aos associados, proporcionam, na comparação com outras instituições bancárias um melhor custo/benefício nos mercados em que atua, estimulando então a demanda por produtos financeiros. As taxas operacionalizadas pelo Sicredi, por exemplo, são reconhecidamente, na média, mais baixas que as tarifas dos principais concorrentes

Abaixo serão apresentados alguns pontos fracos.

Produtos que não são ofertados, apesar do expressivo número de produtos disponibilizados aos associados, a cooperativa não oferta alguns produtos de grande expressão, como leasing e crédito imobiliário. Além destes, também não possui nenhuma corretora de ações.

Grandes operações de crédito deixam de ser feitas em função de que cada cooperativa de crédito é considerada uma instituição financeira independente. Os limites operacionais impostos pelo Bacen dificultam que grandes operações de crédito sejam realizadas diretamente pelas cooperativas. São utilizados como parâmetro para o cálculo destes limites apenas o patrimônio e ativo da própria cooperativa.

O *aumento da inadimplência* pode representar um alto impacto nos resultados operacionais da cooperativa, devido ao aumento das provisões de risco e crédito, que resultam em um menor resultado financeiro. Dentre os fatores que podem contribuir para esse aumento podemos destacar o desaquecimento da economia, com a diminuição da renda e impacto nas cadeias produtivas. Além disso, problemas climáticos que afetem o agronegócio, em regiões específicas, também podem gerar impacto na cooperativa dado a sua forte atuação junto a esse setor.

Recursos para crédito rural escassos obrigaria a cooperativa a empregar recursos próprios em crédito rural, diminuindo assim a sua rentabilidade visto que estas operações são financeiramente menos rentáveis. A demanda por produtos de créditos voltados para o agronegócio é crescente e a Cooperativa têm uma forte atuação neste setor.

Aumento nos custos devido à absorção de novas tecnologias, pois as inovações tecnológicas de outras instituições podem obrigar a Cooperativa a ter de realizar investimentos não previstos, gerando custos não planejados.

4.4 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

Através da Análise Horizontal e Vertical, pode-se comparar a evolução da Cooperativa Sicredi Região Serra no período de 2008, 2009 e 2010 e também estabelecer comparativo com os dados consolidados do Sistema Sicredi. Dessa forma será apresentado a seguir o quadro de análise vertical e horizontal dos anos de 2008 a 2010 do Sistema Sicredi e da Cooperativa Sicredi Região Serra. Será analisado o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobras ou Perdas.

4.4.1 Análise do Balanço Patrimonial do Sistema Sicredi

BALANÇO PATRIMONIAL - SISTEMA SICREDI (Em milhares de Reais)								
ATIVO	31/12/2008	AV	31/12/2009	AV	AH	31/12/2010	AV	AH
DISPONIBILIDADES	100.142	0,77%	128.940	0,80%	28,76%	177.051	0,87%	76,80%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	186.458	1,44%	239.666	1,48%	28,54%	339.890	1,68%	82,29%
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	1.697.361	13,11%	2.479.646	15,31%	46,09%	3.929.538	19,39%	131,51%
Aplicações no Mercado Aberto	1.312.493	10,13%	2.065.214	12,75%	57,35%	3.721.199	18,36%	183,52%
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	345.307	2,67%	408.351	2,52%	18,26%	194.319	0,96%	-43,73%
Aplicações em Moedas Estrangeiras	39.561	0,31%	6.075	0,04%	-84,64%	14.020	0,07%	-64,56%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2.567.609	19,83%	4.177.316	25,79%	62,69%	4.087.710	20,17%	59,20%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.751.940	59,86%	8.493.727	52,44%	9,57%	10.971.814	54,15%	41,54%
Operações de Crédito Geral	4.892.598	37,78%	5.444.758	33,61%	11,29%	6.647.169	32,80%	35,86%
Operações de Crédito Rural	3.259.448	25,17%	3.619.663	22,35%	11,05%	4.919.572	24,28%	50,93%
Provisões p/ oper de Crédito Geral de Liq. Duvidosa	(292.997)	2,26%	(443.958)	2,74%	51,52%	(447.549)	2,21%	52,75%
Provisões p/ oper de Crédito Rural de Liq. Duvidosa	(107.109)	0,83%	(126.736)	0,78%	18,32%	(147.378)	0,73%	37,60%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	196.771	1,52%	312.116	1,93%	58,62%	325.474	1,61%	65,41%
OUTROS VALORES E BENS	136.120	1,05%	55.429	0,34%	-59,28%	51.797	0,26%	-61,95%
PERMANENTE	314.156	2,43%	311.640	1,92%	-0,80%	380.045	1,88%	20,97%
Investimentos	74.748	0,58%	73.314	0,45%	-1,92%	80.540	0,40%	7,75%
Imobilizado	217.975	1,68%	238.244	1,47%	9,30%	251.271	1,24%	15,28%
Diferido	21.433	0,17%	82	0,00%	-99,62%	-	0,00%	-
Intangível	-	-	-	-	-	48.233	0,24%	-
TOTAL DO ATIVO	12.950.556	100,00%	16.198.479	100,00%	25,08%	20.263.319	100,00%	56,47%
PASSIVO	31/12/2008	AV	31/12/2009	AV	AH	31/12/2010	AV	AH
DEPÓSITOS TOTAIS	8.692.109	67,12%	10.318.581	63,70%	18,71%	13.055.435	64,43%	50,20%
Depósitos à Vista	1.524.116	11,77%	1.735.986	10,72%	13,90%	2.272.681	11,22%	49,11%
Depósitos à Prazo	4.876.866	37,66%	5.396.778	33,32%	10,66%	6.852.313	33,82%	40,51%
Depósitos Poupança	719.756	5,56%	1.129.196	6,97%	56,89%	1.470.853	7,26%	104,35%
Depósitos Interfinanceiros	1.571.371	12,13%	2.056.621	12,70%	30,88%	2.459.588	12,14%	56,52%
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	769.498	5,94%	1.575.475	9,73%	104,74%	1.359.814	6,71%	76,71%
ARRECADAÇÕES	46.940	0,36%	39.561	0,24%	-15,72%	29.994	0,15%	-36,10%
RELAÇÃO INTERFINANCEIRA E INTERDEPENDÊNCIA	10.344	0,08%	5.716	0,04%	-44,74%	38.307	0,19%	270,33%
EMPRÉSTIMOS/REPASSES	1.169.266	9,03%	1.474.196	9,10%	26,08%	2.264.346	11,17%	93,66%
REPASSES INTERFINANCEIROS	199.492	1,54%	186.124	1,15%	-6,70%	277.959	1,37%	39,33%
REPASSES INSTITUIÇÕES OFICIAIS	717.955	5,54%	1.020.014	6,30%	42,07%	1.652.183	8,15%	130,12%
EMPRÉSTIMOS NO PAÍS	199.629	1,54%	151.281	0,93%	-24,22%	304.683	1,50%	52,62%
EMPRÉSTIMOS EXTERIOR	52.190	0,40%	116.777	0,72%	123,75%	29.521	0,15%	-43,44%
OUTROS PASSIVOS	383.779	2,96%	558.725	3,45%	45,59%	760.390	3,75%	98,13%
EXERCÍCIOS FUTUROS	3	0,00%	-	-	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.878.618	14,51%	2.226.225	13,74%	18,50%	2.755.033	13,60%	46,65%
TOTAL DO PASSIVO	12.950.556	100,00%	16.198.479	100,00%	25,08%	20.263.319	100,00%	56,47%

Quadro 3 – Análise do Balanço Patrimonial - Sistema Sicredi

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Cooperativa

O Ativo Total do Sistema Sicredi a partir de 2008 cresceu 25,08% em 2009 e 56,47% de 2008 a 2010. A conta disponibilidades que é o ativo de maior liquidez, representa no período de 2008 a 2010 não mais que 0,87% do ativo. Nas aplicações interfinanceiras de liquidez pode-se destacar seu crescimento, passando de 13,11% dos ativos em 2008 para 19,39% em 2010, com o crescimento principalmente das aplicações de mercado aberto.

As operações de crédito tiveram redução no período, caindo de 59,86% em 2008 para 54,15% em 2010.

O Passivo apresentou um crescimento que foi financiado, basicamente por capitais de terceiros. Os depósitos totais representam em 2008 67,12% do passivo, em 2009 63,70% e em 2010 64,43%. Os depósitos são recursos recebidos dos associados, mais que a metade estão concentrados nos depósitos a prazo, e o restante estão distribuídos em poupança, depósitos à vista e interfinanceiros. Isso mostra que a maioria dos associados tem seu saldo vinculado em aplicações à prazo, trazendo um retorno a eles através da remuneração da aplicação e uma folga para a cooperativa, no caso de ter de cobrir os eventuais saques tidos na conta corrente.

O Patrimônio Líquido, constituído de capital e reservas, representa em 2010 13,60% do passivo total sendo menor que a posição de 2008 de 14,51%, tendo uma evolução nominal de 2008 a 2010 de 46,65%, contra a evolução de 50,20% dos depósitos totais e de 56,47% do total do passivo.

4.4.2 Análise do Balanço Patrimonial da Sicredi Região Serra

BALANÇO PATRIMONIAL - SICREDI REGIÃO SERRA (Em milhares de Reais)								
ATIVO	31/12/2008	AV	31/12/2009	AV	AH	31/12/2010	AV	AH
ATIVO CIRCULANTE	295.980	78,41%	337.458	77,09%	14,01%	522.147	78,08%	76,41%
DISPONIBILIDADES	1.206	0,32%	1.667	0,38%	38,23%	2.741	0,41%	127,28%
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	385	0,10%	341	0,08%	-11,43%	-	0,00%	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	129	0,03%	194	0,04%	50,39%	191	0,03%	48,06%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	165.127	43,74%	190.657	43,55%	15,46%	298.081	44,57%	80,52%
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	33	0,01%	22	0,01%	-33,33%	29	0,00%	-12,12%
Centralização Financeira – Cooperativas	165.094	43,74%	190.635	43,55%	15,47%	298.052	44,57%	80,53%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	125.492	33,24%	141.012	32,21%	12,37%	215.447	32,22%	71,68%
Operações de Crédito	129.735	34,37%	147.422	33,68%	13,63%	230.824	34,51%	77,92%
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.243)	1,12%	(6.410)	1,46%	51,07%	(15.377)	2,30%	262,41%
OUTROS CRÉDITOS	2.342	0,62%	2.015	0,46%	-13,96%	4.434	0,66%	89,33%
Rendas a Receber	837	0,22%	625	0,14%	-25,33%	1.852	0,28%	121,27%
Créditos Específicos	125	0,03%	139	0,03%	11,20%	159	0,02%	27,20%
Diversos	1.505	0,40%	1.391	0,32%	-7,57%	2.582	0,39%	71,56%
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa	(125)	0,03%	(140)	0,03%	12,00%	(159)	0,02%	27,20%
OUTROS VALORES E BENS	1.299	0,34%	1.572	0,36%	21,02%	1.253	0,19%	-3,54%
Outros Valores e Bens	1.477	0,39%	1.922	0,44%	30,13%	1.558	0,23%	5,48%
(-) Provisão p/Desvalorização de Outros Valores e Bens	(980)	0,26%	(781)	0,18%	-20,31%	(781)	0,12%	-20,31%
Despesas Antecipadas	802	0,21%	431	0,10%	-46,26%	476	0,07%	-40,65%
NÃO CIRCULANTE	66.581	17,64%	80.040	18,28%	20,21%	115.655	17,29%	73,71%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	64.735	17,15%	78.851	18,01%	21,81%	114.819	17,17%	77,37%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	62.889	16,66%	77.662	17,74%	23,49%	113.983	17,04%	81,24%
Operações de Crédito Setor Privado	64.715	17,14%	82.110	18,76%	26,88%	126.536	18,92%	95,53%
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.826)	0,48%	(4.448)	1,02%	143,59%	(12.553)	1,88%	587,46%
OUTROS CRÉDITOS	1.846	0,49%	1.189	0,27%	-35,59%	836	0,13%	-54,71%
Outros Créditos	1.846	0,49%	1.189	0,27%	-35,59%	836	0,13%	-54,71%
PERMANENTE	16.762	4,44%	21.436	4,90%	27,88%	31.804	4,76%	89,74%
INVESTIMENTOS	10.520	2,79%	14.233	3,25%	35,29%	19.575	2,93%	86,07%
Outros Investimentos	10.520	2,79%	14.233	3,25%	35,29%	19.575	2,93%	86,07%
IMOBILIZADO DE USO	6.242	1,65%	7.203	1,65%	15,40%	10.534	1,58%	68,76%
Imóveis de Uso	1.205	0,32%	999	0,23%	-17,10%	999	0,15%	-17,10%
Outras Imobilizações de Uso	9.804	2,60%	11.998	2,74%	22,38%	17.067	2,55%	74,08%
(-) Depreciações Acumuladas	(4.767)	1,26%	(5.794)	1,32%	21,54%	(7.532)	1,13%	58,00%
INTANGÍVEL	-	-	-	-	-	1.695	0,25%	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	1.695	0,25%	-
TOTAL DO ATIVO	377.477	100,00%	437.745	100,00%	15,97%	668.770	100,00%	77,17%
PASSIVO	31/12/2008	AV	31/12/2009	AV	AH	31/12/2010	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE	309.237	81,92%	349.958	79,95%	13,17%	552.770	82,65%	78,75%
DEPOSITOS	286.943	76,02%	325.677	74,40%	13,50%	510.158	76,28%	77,79%
Depósitos à Vista	46.484	12,31%	55.421	12,66%	19,23%	84.285	12,60%	81,32%
Depósitos à Prazo	240.246	63,65%	270.236	61,73%	12,48%	425.795	63,67%	77,23%
Outros Depósitos	213	0,06%	20	0,00%	-90,61%	78	0,01%	-63,38%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	11.939	3,16%	14.851	3,39%	24,39%	17.415	2,60%	45,87%
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	4.203	1,11%	-	0,00%	-100,00%	7.281	1,09%	73,23%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	0,00%	-	0,00%	-	723	0,11%	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.152	1,63%	9.430	2,15%	53,28%	17.193	2,57%	179,47%
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	768	0,20%	1.636	0,37%	113,02%	1.466	0,22%	90,89%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	768	0,20%	1.636	0,37%	113,02%	1.466	0,22%	90,89%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67.472	17,87%	86.151	19,68%	27,68%	114.534	17,13%	69,75%
CAPITAL SOCIAL	38.949	10,32%	54.968	12,56%	41,13%	79.817	11,93%	104,93%
CAPITAL A REALIZAR	-	0,00%	(1)	0,00%	-	(2)	0,00%	-
RESERVA DE LUCROS	23.124	6,13%	27.035	6,18%	16,91%	30.294	4,53%	31,01%
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	5.399	1,43%	4.149	0,95%	-23,15%	4.425	0,66%	-18,04%
TOTAL DO PASSIVO	377.477	100,00%	437.745	100,00%	15,97%	668.770	100,00%	77,17%

Quadro 4 – Análise do Balanço Patrimonial – Sicredi Região Serra

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Cooperativa

A análise do Balanço Patrimonial do Sicredi Região Serra mostra que as operações do ativo encontram-se basicamente no ativo circulante, sendo este na média de 78% do ativo total. O ativo cresceu 15,97% em 2009 e expressivamente 77,17% de 2008 a 2010. Tal crescimento foi devido principalmente ao aumento da conta relações interfinanceiras, que são os resultados dos serviços de compensação de cheques, de créditos vinculados e repasses interfinanceiros, sendo que em 2009 teve uma elevação de 15,46% e de 2008 a 2010 de 80,52%. Outra conta responsável também pelo aumento do ativo foi às operações de crédito, que cresceram de 2008 a 2010 71,68%. Com isso houve um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa, tendo em vista que em 2010 cresceu 262,40% em relação a 2008. As operações do ativo não circulante estão concentradas nas operações de crédito do setor privado, sendo este responsável por praticamente 18% do ativo, também tendo um crescimento expressivo de 2008 a 2010 de 92,53%.

No Passivo a maioria dos recursos são provenientes dos depósitos, que correspondem na média a 76% do passivo total. A maioria, ou seja, cerca 83% dos depósitos feitos pelos associados estão aplicados em depósitos à prazo, que em 2009 haviam crescido 12,48% e que até 2010 cresceram 77,23%. O Patrimônio Líquido representa 17% do total do passivo. Esta composto principalmente por capital social e por reserva de lucros.

Na comparação da Cooperativa Sicredi Região Serra com o Sistema Sicredi, obtêm-se as seguintes conclusões:

- As disponibilidades das duas cooperativas analisadas são irrelevantes perante o total do ativo, pois não chegam a representar nem 1%;
- Enquanto a conta Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no balanço do Sistema Sicredi em 2010 representa 19,39%, no da Sicredi Região Serra apresenta-se zerado, mostrando que provavelmente essa cooperativa possui níveis de liquidez muito baixo;
- As Operações de Crédito do Sistema Sicredi cresceram 41,54% de 2008 a 2010, já as da Sicredi Região Serra cresceram 71,68% no mesmo período;
- Nos dois casos analisados, os depósitos à prazo são os mais representativos dentre os depósitos, no Sistema Sicredi representa em 2010 52% do total dos depósitos e no Sicredi Região Serra representa 83%;

- O Patrimônio Líquido de 2008 a 2010 teve leve redução em ambas as instituições, caindo de 14,51% para 13,60% no Sistema Sicredi e de 17,87% para 17,13% no Sicredi Região Serra.

4.4.3 Análise da Demonstração de Sobras ou Perdas do Sistema Sicredi

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS - SISTEMA SICREDI (Em milhares de Reais)								
	2008	AV	2009	AV	AH	2010	AV	AH
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.337.069	100,00%	2.613.784	100,00%	11,84%	3.088.528	100,00%	32,15%
Receita de Crédito	1.356.562	58,05%	1.784.203	68,26%	31,52%	1.952.747	63,23%	43,95%
Receita de Títulos	912.947	39,06%	822.033	31,45%	-9,96%	1.124.305	36,40%	23,15%
Receitas de Operações de Câmbio	29.677	1,27%	5.493	0,21%	-81,49%	5.962	0,19%	-79,91%
Receita de Operações com Derivativos	37.884	1,62%	2.056	0,08%	-94,57%	5.515	0,18%	-85,44%
DISPÊNDIOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.351.742)	57,84%	(1.376.536)	52,66%	1,83%	(1.700.159)	55,05%	25,78%
Despesas de Captação	(1.069.441)	45,76%	(1.001.945)	38,33%	-6,31%	(1.262.945)	40,89%	18,09%
Despesas Empréstimos	(108.341)	4,64%	(95.891)	3,67%	-11,49%	(103.050)	3,34%	-4,88%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(173.960)	7,44%	(278.700)	10,66%	60,21%	(334.163)	10,82%	92,09%
RECEITA DE SERVIÇOS	322.816	13,81%	399.305	15,28%	23,69%	469.449	15,20%	45,42%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PESSOAIS	(972.400)	41,61%	(1.146.918)	43,88%	17,95%	(1.351.716)	43,77%	39,01%
OUTROS INGRESSOS/DISPÊNDIOS	(76.215)	3,26%	(151.911)	5,81%	99,32%	(165.725)	5,37%	117,44%
OUTROS INGRESSOS/DISPÊNDIOS OPER	(67.953)	2,91%	(70.201)	2,69%	3,31%	3.493	0,11%	-105,14%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	-	(42.819)	1,39%	-
SOBRAS	191.577	8,20%	267.524	10,24%	39,64%	301.052	9,75%	57,14%

Quadro 5 – Análise da Demonstração de Sobras ou Perdas – Sistema Sicredi

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Cooperativa

Na análise da Demonstração de Sobras ou Perdas do Sistema Sicredi pode-se identificar que as sobras tiveram um aumento no ano de 2009, pois representavam 8,20% em 2008 e passaram a representar 10,24% dos ingressos de intermediação financeira. Isso se deu devido a que em 2009 enquanto os ingressos/receitas cresceram 11,84% os dispêndios/despesas cresceram apenas 1,83%. Já de 2008 a 2010, os ingressos/receitas cresceram 32,15%, e o crescimento nos dispêndios/despesas foi de 25,78%. Nota-se que a despesa de captação vem diminuindo, caindo de 45,76% em 2008 para 40,89% em 2010, mostrando que provavelmente a cooperativa reduziu a taxa de remuneração das aplicações dos associados.

4.4.4 Análise da Demonstração de Sobras ou Perdas do Sicredi Região Serra

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS - SICREDI REGIÃO SERRA (Em milhares de Reais)								
	2008	AV	2009	AV	AH	2010	AV	AH
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	33.737	100,00%	46.181	100,00%	36,89%	63.688	100,00%	88,78%
Operações de Crédito	33.863	100,37%	45.951	99,50%	35,70%	63.682	99,99%	88,06%
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(126)	0,37%	230	0,50%	-282,54%	6	0,01%	-104,76%
DISPÊNDIOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(23.891)	70,82%	(28.905)	62,59%	20,99%	(41.105)	64,54%	72,05%
Operações de Captação no Mercado	(20.660)	61,24%	(20.303)	43,96%	-1,73%	(28.655)	44,99%	38,70%
Operações de Empréstimos e Repasses	(523)	1,55%	(803)	1,74%	53,54%	(1.123)	1,76%	114,72%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.708)	8,03%	(7.799)	16,89%	188,00%	(11.327)	17,79%	318,28%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.846	29,18%	17.276	37,41%	75,46%	22.583	35,46%	129,36%
OUTROS INGRESSOS/DISPÊNDIOS OPERACIONAIS	1.425	4,22%	(3.965)	8,59%	-378,24%	(6.493)	10,20%	-555,64%
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	7.515	22,28%	8.541	18,49%	13,65%	11.618	18,24%	54,60%
Rendas de Tarifas Bancárias	1.893	5,61%	4.236	9,17%	123,77%	5.493	8,62%	190,17%
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.995)	29,63%	(12.316)	26,67%	23,22%	(20.265)	31,82%	102,75%
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(17.131)	50,78%	(18.189)	39,39%	6,18%	(19.336)	30,36%	12,87%
Dispêndios e Despesas Tributárias	(178)	0,53%	(241)	0,52%	35,02%	(295)	0,46%	65,28%
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	1.051	2,28%	-	339	0,53%	-
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28.841	85,49%	24.352	52,73%	-15,56%	31.285	49,12%	8,47%
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(9.519)	28,22%	(11.399)	24,68%	19,74%	(15.332)	24,07%	61,06%
RESULTADO OPERACIONAL	11.271	33,41%	13.311	28,82%	18,10%	16.090	25,26%	42,76%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(108)	0,32%	(314)	0,68%	190,74%	164	0,26%	-251,85%
RESULTADO ANTES DA TRIBO SOBRE LUCRO E PART	11.163	33,09%	12.994	28,14%	16,40%	16.254	25,52%	45,61%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(365)	1,08%	(390)	0,84%	6,85%	(1.125)	1,77%	208,22%
Provisão para Imposto de Renda	(229)	0,68%	(236)	0,51%	3,06%	(694)	1,09%	203,06%
Provisão para Contribuição Social	(136)	0,40%	(154)	0,33%	13,24%	(431)	0,68%	216,91%
SOBRAS/PERDAS ACUMUL APÓS TRIB S/ LUCRO E PART	10.798	32,01%	12.607	27,30%	16,75%	15.129	23,75%	40,11%
SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	10.798	32,01%	12.607	27,30%	16,75%	15.129	23,75%	40,11%
DESTINAÇÕES	(5.399)	16,00%	8.522	18,45%	-257,84%	10.704	16,81%	-298,26%
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	4.373	9,47%	-	6.281	9,86%	-
Fates	(540)	1,60%	415	0,90%	-176,85%	442	0,69%	-181,85%
Reserva Legal	(4.859)	14,40%	3.734	8,09%	-176,85%	3.981	6,25%	-181,93%
SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	5.399	16,00%	4.085	8,85%	-24,34%	4.425	6,95%	-18,04%

Quadro 6 – Análise da Demonstração de Sobras/Perdas – Sicredi Região Serra

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Cooperativa

Analisado a Cooperativa Sicredi Região Serra, verifica-se que a mesma teve um aumento de suas sobras, em 2008 eram de R\$10.798 milhões, em 2009 de R\$12.607 milhões e em 2010 totalizaram R\$15.129 milhões. Seus principais ingressos são das operações de crédito, que são aqueles obtidos na intermediação financeira, sendo que o crescimento de 2008 a 2010 foi de 88,06%, ela praticamente dobrou sua receita de operações de crédito.

Os dispêndios de intermediação financeira assim como os ingressos também tiveram crescimento de 2008 a 2010, porém ficando em 72,05%, menor que o

crescimento dos ingressos. Grande parte esta concentrada nas despesas de captação de mercado, aumentando apenas 38,70% em 2010, sendo muito baixo em relação ao aumento dos depósitos à prazo, que tiveram elevação de 77,23% nesse mesmo período. Outra despesa que também teve um grande aumento foi a despesa de pessoal, enquanto em 2008 era de R\$9.995 milhões em 2009 era de R\$12.318 milhões e em 2010 passou a R\$20.265 milhões. Com um crescimento no período de 102,75%, essa despesa se deve a abertura de novas unidades de atendimento e contratação de mais colaboradores.

Na comparação da Cooperativa Sicredi Região Serra com o Sistema Sicredi, obtêm-se as seguintes conclusões:

- As sobras da Cooperativa Sicredi Região Serra representam em 2010 5% do total das sobras do Sistema Sicredi, que é composto por 120 cooperativas de crédito;

- No ano de 2009 o Sicredi Região Serra teve crescimento inferior ao Sistema Sicredi, de 2008 a 2010 enquanto o Sistema Sicredi cresceu 57,14% nas sobras, o Sicredi Região Serra cresceu 40,11%;

- Nas duas Demonstrações de Sobras ou Perdas pode-se verificar que a despesa de captação de mercado diminuiu;

4.4.5 Análise Através dos Indicadores

O objetivo desta análise é demonstrar a situação da Cooperativa Sicredi Região Serra e fazer uma comparação com os dados do Sistema Sicredi. O exame é constituído de análises específicas, demonstrando a situação financeira e econômica entre os anos de 2008 a 2010. Abaixo será apresentado o quadro aonde são calculados os principais Índices a partir das fórmulas apresentadas neste trabalho.

Indicadores de Desempenho aplicados nas Cooperativas

INDICADOR	COOPERATIVA	2008	2009	2010
Liquidez Imediata	SICREDI REGIÃO SERRA	0,03	0,03	0,03
	SISTEMA SICREDI	1,18	1,5	1,81
Encaixe Voluntário	SICREDI REGIÃO SERRA	0,03	0,03	0,03
	SISTEMA SICREDI	0,07	0,07	0,08
Empréstimos/Depósitos	SICREDI REGIÃO SERRA	65%	67%	65%
	SISTEMA SICREDI	91%	85%	87%
Participação nos Empréstimos	SICREDI REGIÃO SERRA	33%	32%	32%
	SISTEMA SICREDI	59%	52%	54%
Custo Médio de Captação	SICREDI REGIÃO SERRA	9%	7%	7%
	SISTEMA SICREDI	22%	19%	18%
Retorno Médio das Oper Crédito	SICREDI REGIÃO SERRA	27%	33%	30%
	SISTEMA SICREDI	17%	21%	18%
Margem Líquida	SICREDI REGIÃO SERRA	32%	27%	23%
	SISTEMA SICREDI	8%	10%	10%
Retorno s/ PL	SICREDI REGIÃO SERRA	16%	15%	13%
	SISTEMA SICREDI	10%	12%	11%
Leverage	SICREDI REGIÃO SERRA	5,59	5,08	5,84
	SISTEMA SICREDI	6,89	7,28	7,35
Retorno s/ Invest Total	SICREDI REGIÃO SERRA	3%	3%	3%
	SISTEMA SICREDI	1%	2%	1%

Quadro 7 – Análise dos Índices dos anos de 2008 a 2010

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Cooperativa

Através da análise da Liquidez Imediata e do Encaixe Voluntário nota-se que a Sicredi Região Serra apresenta um nível de liquidez muito baixo, sendo de apenas 0,03 em todos os períodos, isso quer dizer que se em determinado momento os

associados resolvessem sacar seu saldo depositado em conta corrente a cooperativa não conseguiria atender toda a demanda. Já o Sistema Sicredi apresenta uma boa liquidez, sendo maior que 1. As instituições financeiras por suas características de intermediação apresentam-se como entidades portadoras de grande potencial de assumir uma posição de iliquidez.

Quanto aos recursos captados na forma de depósitos, a Sicredi Região Serra aplica em operações de crédito pouco mais que a metade, enquanto o Sistema Sicredi aplica em torno de 90% do que capta.

Destaca-se a baixa participação dos créditos no total dos ativos no Sicredi Região Serra, para cada R\$100,00 investidos no ativo, em torno de R\$32,00 estão aplicados em crédito nos 3 anos. Em outras palavras, somente pouco mais de 1/3 dos ativos da cooperativa encontra-se aplicado em crédito, atividade básica do negócio. Quanto ao Sistema Sicredi esse índice se revela mais alto, atingindo em 2008 o percentual de 59% e em 2010 54%.

O custo de captação do Sicredi Região Serra é bem inferior ao Sistema Sicredi. As duas cooperativas tiveram redução desse custo no período analisado. Da mesma forma o Sicredi Região Serra possui um maior retorno nas operações de crédito, sendo que enquanto em 2010 tinha um retorno de 30% o Sistema Sicredi tinha um retorno de 18%.

O Sicredi Região Serra apresenta uma margem líquida superior ao Sistema Sicredi. Enquanto em 2010 era de 23% no Sistema Sicredi era apenas 10%. Em outras palavras, do total de ingressos da intermediação financeira auferidos no exercício, restaram respectivamente 23% e 10% na forma de sobras líquidas, sendo o restante consumido pelos custos e dispêndios incorridos.

A análise do Leverage em 2010 indica que o ativo total da Sicredi Região Serra é 5,84 vezes maior do que o capital próprio investido e o do Sistema Sicredi é 7,35. O retorno sobre o PL e sobre o investimento total são maiores no Sicredi Região Serra.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cooperativa Sicredi Região Serra vem mostrando um crescimento sustentável ao longo do período, bem como o Sistema Sicredi. Abaixo são apresentados dois gráficos com a evolução das principais contas das duas Cooperativas.

Evolução do Sistema Sicredi de 2008 a 2010. (Em milhares)

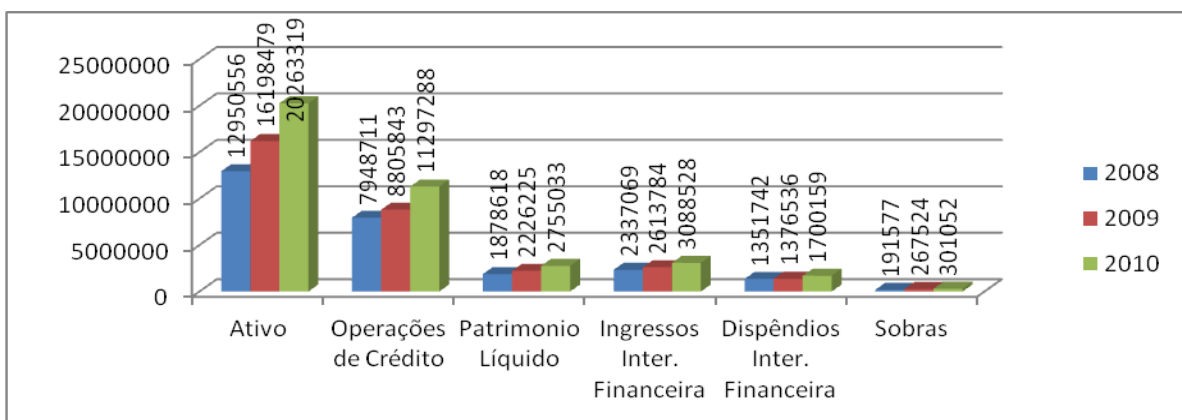


Figura 3 – Evolução Sistema Sicredi

Fonte: Demonstrações Contábeis da Cooperativa

Evolução da Sicredi Região Serra de 2008 a 2010. (Em milhares)

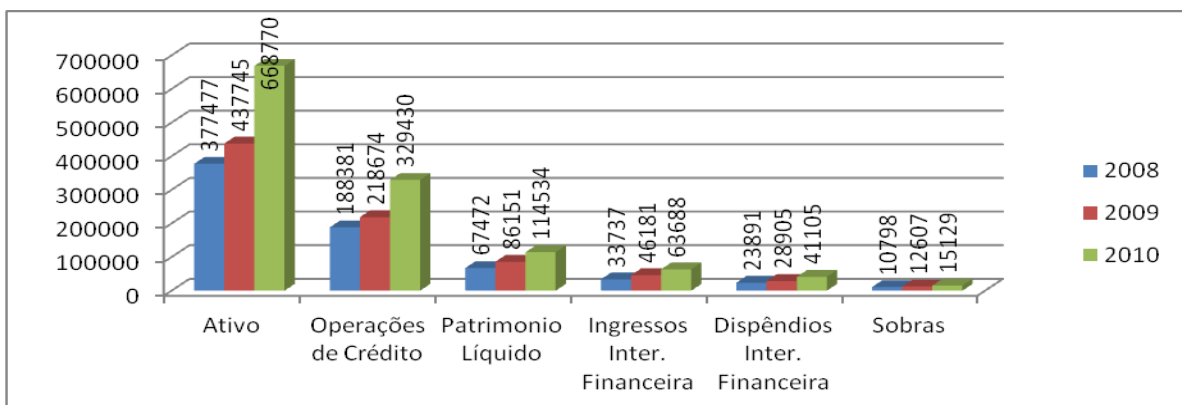


Figura 4 – Evolução Sicredi Região Serra

Fonte: Demonstrações Contábeis da Cooperativa

Como se observa em linhas gerais nos gráficos apresentados, as duas Cooperativas têm no período de três anos, significativo crescimento de seus ativos e operações de crédito.

Feito a comparação das duas Cooperativas e depois de analisado os balanços patrimoniais, as demonstrações de sobras ou perdas e os indicadores, chega-se às seguintes conclusões a respeito da Cooperativa Sicredi Região Serra:

- Vê-se que seu nível de liquidez imediata é baixo em relação ao Sistema Sicredi. Seria aconselhado a Cooperativa trabalhar com um nível de liquidez mais elevado, pois o mesmo tem por objetivo atender ao fluxo de pagamento de despesas operacionais, cobrir resgates de seus depositantes, manter reservas compulsórias e atender solicitações de empréstimos e financiamentos;

- Em contrapartida a Cooperativa mantém cerca de 83% de seus depósitos em aplicações a prazo, o que lhe traz uma folga no caso de saques imediatos da conta corrente;

- A Cooperativa está conseguindo captar mais recursos a um custo menor em comparação ao Sistema Sicredi. No período de 2008 a 2010 aumentou os depósitos à prazo em 81,32% sendo que o custo com captação subiu apenas 38,70%;

- Deve-se focar no controle da inadimplência, pois se aumentou as provisões para crédito de liquidação duvidosa numa proporção muito maior do que as operações de crédito. Enquanto as operações de crédito tiveram uma elevação de 71,68%, as provisões subiram 262,41%;

- Mesmo tendo o Sicredi Região Serra um crescimento inferior ao Sistema Sicredi no final de 2010, ele consegue gerir seus recursos de forma que as sobras chegam a representar 23,75% dos ingressos, enquanto no Sistema Sicredi esse percentual é de 9,75% em 2010;

5 CONCLUSÃO

A contabilidade surgiu como forma de controlar e identificar o patrimônio das entidades. Com o passar do tempo a contabilidade foi se aprimorando diante das necessidades de seus usuários em ter informações úteis e objetivas no auxílio à tomada de decisões, informações estas que garantem sua sobrevivência no mercado global que é altamente competitivo.

As Cooperativas de Crédito tiveram um avanço muito grande nos últimos anos, atuando intensamente na concessão de crédito e ocupando um maior espaço no mercado financeiro. São diferenciadas dos bancos por oferecerem alguns benefícios aos associados, como distribuição das sobras e uma menor taxa de juro. A contabilidade veio a contribuir com esse crescimento na medida em que fornece ferramentas que auxiliam no planejamento e no controle.

Ao identificar a situação da Cooperativa Sicredi Região Serra através dos índices econômicos e financeiros percebe-se que seu desempenho no período de 2008 a 2010 evoluiu. Após a análise das demonstrações contábeis, observou-se que a Cooperativa Sicredi Região Serra se encontra em situação favorável em relação ao sistema em que ela está inserida. De acordo com os dados obtidos através da análise, constatou-se que ela cresceu em ativos, principalmente devido às operações de crédito. Suas sobras também aumentaram, devido a uma gestão eficiente na redução de custos de captação e incremento nos ingressos.

Neste contexto, a Cooperativa de Crédito Sicredi Região Serra, apesar de ter princípios, objetivos, serviços e estratégias diferentes, comporta-se de forma semelhante aos bancos privados nacionais perante o cenário econômico. Ela teve um aumento significativo na representatividade do ativo, e operações de crédito, o que evidencia que o setor tem possibilidade de continuar com a expansão da sua participação no Sistema Financeiro Nacional.

Com as mudanças que ocorrem constantemente neste setor, principalmente na utilização de novas tecnologias e de inovações em processos e serviços oferecidos, as Cooperativas de Crédito, precisam contar sempre com uma gestão eficiente, que possa contar com informações confiáveis da contabilidade de alcance rápido para a tomada de decisão.

As Cooperativas de Crédito não visam o lucro, mas buscam cada vez mais um aumento em suas sobras, o que levaria a uma maior remuneração aos associados através da distribuição das mesmas. Assim uma eficiente gestão se baseia nos dados do passado, para o entendimento do presente e para a projeção do futuro.

Com a realização deste trabalho, foi possível ampliar meu conhecimento em alguns indicadores específicos para a análise de instituições financeiras, além de aplicá-los e extrair informações que sem dúvida são de extrema importância para os gestores da Cooperativa e para os associados. Tem-se a certeza que este trabalho também será de muita utilidade para quem busca realizar uma pesquisa nessa área, aplicada às Cooperativas de Crédito já que o assunto é pouco discutido e utilizado pelo meio acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACEN. Site do Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 02 ago 2011.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 18 ago 2011.

BRASIL COOPERATIVO. Site focado na promoção e defesa dos interesses das cooperativas. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.ccop.br>>. Acesso em: 18 ago 2011.

CAMARGO, Camila. Análise de Investimentos e Demonstrativos Financeiros. Curitiba: Ibpex, 2007.

CARVALHO, Fábio Augusto Junqueira de Carvalho. As Cooperativas de Crédito Brasileiras no Governo Lula. São Paulo. Revista Consultor Jurídico, 2003.

CATAVENTO. Relatório de Gestão Sicredi Pioneira RS. 31 Dez 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução 920, de 19 de dezembro de 2001. Aprova a NBC T 10 - Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas, o item: NBC T 10.8 – Entidades Cooperativas. Brasília, DF, 19 dez 2001. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res920.htm>>. Acesso em: 22 ago 2011.

FILHO, Armando Mellagi Filho. ISHIKAWA, Sérgio. Mercado Financeiro e de Capitais. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO. Cooperativas de Crédito Crescem 30% em 2010. Disponível em:< http://www.ocb.org.br/site/agencia_noticias. Maio 2011>. Acesso em: 20 jul 2011.

FRANCO, Hilário. Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços. 15. Ed. São Paulo: Atlas, 1989.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica. 27. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Danta Carmine. Análise Financeira de Balanços. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NETO, Alexandre Assaf. Estrutura e Análise de Balanço: Enfoque Econômico Financeiro. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAGNUSSATT, Alcenor. Guia do Cooperativismo de Crédito: Organização, Governança e Políticas Cooperativas. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Site que aborda o Cooperativismo de Crédito. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br>>. Acesso em 1 ago 2011.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHARDONG, Ademar. Cooperativas de Crédito: Instrumento de Organização Econômica da Sociedade. 2. Ed. Porto Alegre: Rigel, 2003.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Cooperativas de Crédito: Série Empreendimentos Coletivos. Brasília, 2009.

SILVA, Jose Pereira da. Análise Financeira das Empresas. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

TROMBKA, Léo. Jornal do Comércio. Porto Alegre, 28 Abril 2011.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. Sociedades Cooperativas: Resumo Prático. 3. Ed. Curitiba: Juruá, 2003.